

COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB
1ª VARA ESPECIALIZADA DE CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA E EXECUÇÕES
EXTRAJUDICIAIS DA CAPITAL
EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO
Fórum Cível Des. Mario Moacyr Porto
Avenida João Machado, s/n - Centro - João Pessoa/PB
Telefone(s): (83) 3208-2400

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada de Cumprimentos de Sentença e Execuções Extrajudiciais de João Pessoa, Estado de Paraíba. Faz saber a quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem e possam interessar, com fulcro nos arts. 879 ao 903 do Novo CPC (Lei nº 13.105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que o Leiloeiro nomeado **MIGUEL ALEXANDRINO MONTEIRO NETO**, devidamente credenciado no TJPB e inscrito na JUCEP sob nº. 012/2015, através da plataforma eletrônica www.leiloesmonteiro.com.br, homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, levará a público a venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras a seguir:

PROCESSO Nº. 0842005-65.2016.8.15.2001 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: MARIA LIDIA SANTOS CASSIMIRO DA SILVA

EXECUTADO: ARAUJO NOBREGA CONSTRUÇOES LTDA - ME, DANIEL DE ARAUJO NOBREGA, VERDE VILLAGE RESIDENCE CONSTRUÇOES E INCORPORACOES SPE LTDA e PROENGE-PROJETOS E ENGENHARIA LTDA

DATAS: 1º Leilão no dia 29/09/2026 a partir das 10hs:00min e com encerramento previsto às 11hs:00min, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o 2º Leilão, no dia 29/09/2026, a partir das 11hs:00min e com encerramento previsto às 12hs:00min, onde serão aceitos lances com no mínimo **50% (cinquenta por cento) da avaliação**. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos para o término do leilão.

No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 784.920,85 (setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte reais, e oitenta e cinco centavos) atualizado até junho de 2025.

BEM(NS):

ITEM 01: 01 (um) IMÓVEL de propriedade de Verde Village Residence Construções e Incorporações e de Araújo Nóbrega Construções, localizado na Av. Francisco de Souza Rangel, S/N, Jaguaribe, João Pessoa/PB, contendo 16 blocos de A a P, com 16 unidades cada um, registrado na matrícula 115.340, no Cartório Carlos Ulysses, com uma área de 39.070,40 metros quadrados, ou seja, 3.90704 hectares, e os seguintes limites e confrontações: A FRENTE do TERRENO medindo 20,00 metros de comprimento limita-se ao NORTE com a Rua Francisco de Souza Rangel, bairro de Jaguaribe, com 02 (duas) reentrâncias; A primeira ao lado esquerdo com 22,40 metros de comprimento limitando-se com o lote 1126. A segunda ao lado direito com 28,30 metros de comprimento limitando-se com o lote 1368, ambas as reentrâncias seguidas de por dois segmentos comuns a ambas, o primeiro com 171,80 metros de comprimento limitando-se ao norte com os lotes 1106, 1126 e 1368, o segundo com 163,20 metros de comprimento limitando-se ao norte com o lote 1368. O FUNDO do TERRENO medindo 38,00 metros de comprimento limita-se ao SUL com a rua Prof. Artur Batista, bairro de Jaguaribe, com 02 (duas) reentrâncias; A primeira ao lado esquerdo com 21,00 metros de comprimento, com 01 (um) segmento de 150,00 metros de comprimento limitando-se ao sul com os lotes 0120, 0100, 0080, 0070, 0060, 0050, 0040, 0030 e 0020, terminando seu limite em área de preservação. A segunda ao lado direito com 22,00 metros de comprimento, com 01(um) segmento de 26,00 metros de comprimento limitando-se ao sul com os lotes 0176 e 0195. O LADO DIREITO do TERRENO limita-se ao LESTE com área de preservação e tem dois segmentos; O primeiro com 54,50 metros de comprimento, seguido de 01 (uma) reentrância de 13,10 metros de comprimento e o segundo com 47,40 metros de comprimento. LADO ESQUERDO do TERRENO em posição OESTE é composto por 06 (seis) segmentos assim descritos: O primeiro com 22,00 metros de comprimento limita-se a oeste com o lote 0494; o segundo com 16,47 metros de comprimento e 01 (uma) reentrância de 10,00 metros de comprimento limita-se a oeste com a rua Cel. Aristarco Pessoa, bairro de Jaguaribe; o terceiro com 20,00 metros de comprimento limita-se a oeste com o lote 0654; o quarto com 22,00 metros de comprimento e 01(uma) reentrância de 11,12 metros de

COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB
1ª VARA ESPECIALIZADA DE CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA E EXECUÇÕES
EXTRAJUDICIAIS DA CAPITAL
EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO
Fórum Cível Des. Mario Moacyr Porto
Avenida João Machado, s/n - Centro - João Pessoa/PB
Telefone(s): (83) 3208-2400

comprimento limita-se a oeste com o lote 0869 e Av. Joaquim Hardman; o quinto com 40,00 metros de comprimento limita-se a oeste com o lote 0946 ; o sexto com 12,00 metros limita-se a oeste com o lote 1046. Cadastrado na PMJP sob nº 25.116.1593.0000.000. Avaliado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 25 de março de 2025.

ITEM 02: 01 (uma) Sala Comercial sob n.º 302, do PRÉDIO COMERCIAL J. A. NÓBREGA CENTER, situado a Avenida Maranhão, sob n.º 623, esquina com a Avenida Mato Grosso, no bairro dos Estados, João Pessoa/PB, conforme certidão do imóvel, composta de: sala, WC social, e 01 (um) abrigo coberto a um veículo de passeio, no pavimento subsolo, com área privativa real de 24,20m², área privativa descoberta de 0,00m², área de uso comum real de 22,22m², área real total de 46,42m², área equivalente de construção de 27,53m², fração ideal de 4,50%, cota ideal do terreno de 9,27m². Registrado na matrícula sob n.º 128.668, do Cartório Eunápio Torres desta Capital. Avaliada em R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) em 4 de outubro de 2024.

ITEM 03: 01 (um) Apartamento sob n.º 301, do Edifício Residencial SOLAR TAMBAUZINHO, situado à Rua Geraldo Mariz, n.º 525, no bairro Tambauzinho, João Pessoa/PB, composta de: Sala de estar/jantar, varanda, três quartos, sendo um suíte, hall, WCB social, cozinha, área de serviço e uma vaga de garagem, com área real privativa de 69,09m², área de uso comum de 47,40m², área total de 116,49m², coeficiente de proporcionalidade de 1,308% e fração ideal de 18,84m². O prédio possui piscina, salão de jogos, condomínio com água e gás inclusos, portaria com porteiro 24 horas. Registrado na matrícula sob n.º 61.152. Avaliado em R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) em 31 de março de 2025.

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 1.380.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta mil reais).

ÔNUS:

ITEM 01: Consta Averbação sob n.º de ordem AV-11, para conhecimento de terceiros, em cumprimento ao Ofício nº 138/2016, datado de 19/07/2016, procedo neste ato com a devida Averbação Informativa sobre a existência do Processo nº 0007025-96.2014.815.2001, que tramita na 16.ª Vara Cível da Comarca de João Pessoa/PB, a fim de resguardar os direitos dos autores, inclusive eventuais terceiros de boa-fé, conforme decisão proferida pelo juiz de direito, Dr. Fabio Leandro de Alencar Cunha; Consta Penhora sob n.º de ordem R-14, referente ao processo de n.º 0007222-85.2013.8.15.2001; E outros eventuais ônus constantes da matrícula imobiliária

ITEM 02: Consta Penhora, referente ao processo de n.º 0853779-58.2017.8.15.2001; e outros eventuais ônus constantes da matrícula imobiliária

ITEM 03: Consta INDISPONIBILIDADE referente aos processos de números: 02276009820135130024, 02276009820135130024, 00067009520145130007, 0000687172015505012, 00009187820145050121, 02279006320135130023, 0001281312015505012, 00003307120145050121, 00003258520185130024, 02277005320135130024, 00003384820145050121, 00016014020135050222, 00013575520155050121, 00013592520155050121, 00001602120165130020, 00015953620135050221, 00006377120185050222, 00014475120155050222, 0001804-06.2016.4.05.8209, 00003674520145050221, 00004239720155050121, 00004082820155050122, 00016680820135050221, 00010685920145050121, 00012174420145210013, 000000266120145210013; Consta Penhora referente ao processo de n.º 0001804-06.2016.4.05.8209; e outros eventuais ônus constantes da matrícula imobiliária.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloadado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão subrogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do

COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB
1ª VARA ESPECIALIZADA DE CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA E EXECUÇÕES
EXTRAJUDICIAIS DA CAPITAL
EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO
Fórum Cível Des. Mario Moacyr Porto
Avenida João Machado, s/n - Centro - João Pessoa/PB
Telefone(s): (83) 3208-2400

arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

CONDIÇÃO DO(S) BEM(NS) SE IMÓVEL FOR: O imóvel será vendido por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do termo de penhora e/ou registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Constitui ônus do interessado verificar suas condições, quando for possível a visitação, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

MEACÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, MIGUEL ALEXANDRINO MONTEIRO NETO, inscrito na JUCEP sob nº. 012/2015.

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar os dito(s) bem(ns) deverá ofertar lances pela Internet através do sítio www.leiloesmonteiro.com.br, devendo, para tanto, os interessados efetuar cadastramento prévio, aceitar os termos e condições informados no site e após aprovação, solicitar habilitação no prazo máximo de até 24 horas de antecedência do leilão, confirmar os lances participar das disputas e em sendo vencedor, recolher a quantia respectiva, para fins de lavratura do termo próprio, ficando cientes de que os arrematantes deverão depositar à disposição do Juízo o valor total da arrematação ou em caso de parcelamento 25%, via depósito Judicial, no momento da arrematação ou no prazo máximo de 24 horas, a partir do envio da guia/conta judicial via e-mail. Veja no site do Leiloeiro(a) Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Atenção aos Participantes do Leilão: Informamos que, para garantir a segurança e o bom funcionamento da plataforma de leilão, é necessário observar as seguintes orientações: Tempo de Inatividade: Caso o usuário permaneça logado na plataforma por mais de 30 minutos sem ofertar lances, poderá ser deslogado automaticamente. Instabilidade na Internet: Se houver qualquer instabilidade na conexão de internet durante esse período, o usuário também poderá ser deslogado automaticamente. Procedimento para Relogar: Em qualquer uma das situações mencionadas acima, o usuário deverá sair do login e entrar novamente na plataforma para continuar a participar e poder ofertar lances. Essas medidas visam garantir a integridade do leilão e a segurança de todos os participantes.

CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO/FORMAS DE PAGAMENTO: A arrematação será feita pela melhor oferta, mediante pagamento à vista, conforme estabelecido pelo art. 892 do NCPC/2015. Para imóveis, os interessados em adquirir parceladamente devem apresentar proposta de parcelamento até o início do leilão, ao leiloeiro, seja de forma presencial ou por e-mail: contato@leiloesmonteiro.com.br, sendo que o arrematante deverá pagar 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, sendo as prestações, mensais e

COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB
1ª VARA ESPECIALIZADA DE CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA E EXECUÇÕES
EXTRAJUDICIAIS DA CAPITAL
EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO
Fórum Cível Des. Mario Moacyr Porto
Avenida João Machado, s/n - Centro - João Pessoa/PB
Telefone(s): (83) 3208-2400

sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada. Ao valor de cada parcela, será acrescido de índice de correção monetária, garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem, no caso de imóveis, conforme previsto no art. 895 do CPC. OBS.: O lance à vista terá preferência sobre o lance a prazo, bastando o lance à vista igualar-se ao último a prazo ofertado durante o leilão, o que não interfere na continuidade da disputa.

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda da caução em favor do exequente, e a comissão do leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.

ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exhibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 03 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Tudo em conformidade com o art. 880 do Código de Processo Civil, Resolução nº 236/2016 do CNJ e autorização deste MM. Juízo.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este devida.

Caso o Executado pague a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

Se efetuado o pagamento da dívida ou se firmado acordo com o credor após a publicação do Edital, mas antes da hasta, a comissão será de 2% (dois por cento) do valor da avaliação, a cargo do executado, art. 9 da Resolução n.º 52, de 23 de outubro de 2013, TJPB.

LANCES: Havendo lances nos 03 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Na eventualidade da arrematação de determinado lote restar frustrada devido ao não atendimento de requisito necessário pelo arrematante, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, caso haja interesse, a confirmação da arrematação pelo valor por ele ofertado.

COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB
1ª VARA ESPECIALIZADA DE CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA E EXECUÇÕES
EXTRAJUDICIAIS DA CAPITAL
EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO
Fórum Cível Des. Mario Moacyr Porto
Avenida João Machado, s/n - Centro - João Pessoa/PB
Telefone(s): (83) 3208-2400

QUEM PODE ARREMATAR: 01) Todas as pessoas físicas capazes e as pessoas jurídicas regularmente constituídas podem participar do leilão; 02) Todos poderão fazer-se representar por procurador com poderes específicos com a devida identificação do outorgante.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

ADVERTÊNCIA: 01) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça Estadual e/ou leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transportes daqueles bens arrematados. Será ainda atribuição dos licitantes/arrematantes a verificação do estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos no leilão. Qualquer dúvida ou divergência na identificação/descrição dos bens deverá ser dirimida no ato do leilão; poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação; 02) No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente; dar-se-á preferência, entretanto, ao lance que englobar todo o lote (art. 893 do CPC. 2015). 03) Na eventualidade de ser frustrada, no próprio leilão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação pelo último lance que ofertou.

DAS DÍVIDAS DOS BENS: 01) No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes de IPTU e Taxas Municipais não serão transferidas para o arrematante, que arcará apenas com eventuais despesas e outras obrigações civis referentes à coisa, tais como: foros, laudêmios, ITBI e despesas cartorárias; 02) No caso de automóveis, o arrematante não arcará com os débitos de IPVA, seguro obrigatório, taxa de bombeiros ou multas pendentes, eventualmente existentes, anteriores a expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, que são de responsabilidade pessoal do proprietário anterior, sendo desnecessária a emissão de nota fiscal e o recolhimento de ICMS para fins de transferência de propriedade junto ao DETRAN; 03) Quanto aos demais bens, todas as dívidas e ônus não serão transferidos ao arrematante; 04) Dúvidas sobre os débitos ou ônus existentes quanto a determinado bem podem ser esclarecidas na Secretaria da Vara ou com o Leiloeiro Oficial.

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC).

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados o(s) executado(s) **ARAUJO NOBREGA CONSTRUCOES LTDA - ME, DANIEL DE ARAUJO NOBREGA, VERDE VILLAGE RESIDENCE CONSTRUCOES E INCORPORACOES SPE LTDA e PROENGE-PROJETOS E ENGENHARIA LTDA**, e seu(s) representante(s) legal(ais), e seu(a)(s) cônjuge(s) se casado(a)(s) for(em) **FABYANNA HENRIQUES TOMAZ FERNANDES NÓBREGA** (ESPOSA DE DANIEL DE ARAUJO NOBREGA), bem como os fiel(eis) depositário(s); credores hipotecários/fiduciários; procuradores e eventuais: coproprietários **ANDRÉA MARIA DE ARAÚJO NÓBREGA**; proprietário de imóvel e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, que por ventura não tenha sido encontrado para a intimação pessoal, acerca do Leilão designado, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do bem, poderá remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB
1ª VARA ESPECIALIZADA DE CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA E EXECUÇÕES
EXTRAJUDICIAIS DA CAPITAL
EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO
Fórum Cível Des. Mario Moacyr Porto
Avenida João Machado, s/n - Centro - João Pessoa/PB
Telefone(s): (83) 3208-2400

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa/PB, aos 10 de julho de 2026.

GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO
Juiz de Direito